

DE OLHOS VENDADOS

Ricardo Antônio Mohallem*

Senhor Senador.

Estou sitiada recebendo petardos por todos os lados. Acham-me inútil agora. Eles partem de um senhor mais velho do que eu e que só por isso já merece a minha reverência. Além do mais é um Senador da República, que ocupa o importante cargo de Presidente do Senado Federal. Não fosse seu rosto limpo, seus escassos cabelos brancos e a alcunha que o acompanha, sei lá por quê, bem diria que é “o bom velhinho”, aquele que distribui presentes e tem como marca registrada a famosa risada “ho, ho, ho”.

Apesar de mais nova do que Vossa Excelência, não sou criança. Fui concebida em 02 de maio de 1939 e nasci no dia 01 deste mesmo mês do ano de 1941, à época integrada ao Poder Executivo. Em pouco tempo mudei de mãos (1946) e passei a integrar o Poder Judiciário, com estrutura que permanece imutável: Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento.

Durante minha vida tenho enfrentado várias crises e dificuldades. Achaques como os atuais nunca os vi. Recordo-me do Senador Lúcio Bittencourt – cito o nome de memória - que propôs a extinção do meu ápice, para que ficasse acéfala. Confesso que desconheço as suas razões e creio que nunca as conhecerei, pois o projeto extinguiu-se junto com sua Excelência em trágico acidente de avião. Atualmente as propostas são mais ou menos idênticas ou até mais radicais.

Apesar dos ataques, continuo aqui, de portas abertas (sem fosso protetor para isolar os meus prédios), recebendo processos e mais processos diariamente por todo o Brasil.

Dói-me perceber que falam na minha extinção quando há o risco de contrariar a veleidade do Governo. Senhor Senador, minha função é julgar, até contra o Executivo. Tenho a impressão de que se me curvasse aos interesses da área econômica, seria homenageada pelos bons serviços prestados à pátria!

Não reclamo dos que me atacam. Pelo contrário, dou a mão à palmatória e reconheço a minha falibilidade. Algo deve ser mudado, decerto para melhor. Aceito discutir a minha competência, minha estrutura, minha composição e até o meu tamanho. Cresci demais, não era para ser tão grande. Só não aceito que me deturpem, distorcendo fatos e generalizando-os como verdades absolutas.

Muito do que se tem falado não é verdade.

A Justiça é um local de trabalho árduo. As horas de labor que os meus Juízes dedicam-me são superiores às que eu poderia deles exigir. Meus Juízes são competentes. Submeteram-se a rigorosos concursos e ainda acreditam que a profissão tem um quê sacerdotal. Não é justo que se lhes atribua o *peccatum* capital da preguiça.

* Juiz Presidente da 31ª J CJ de Belo Horizonte - MG

São dedicados e estão no limiar do que se pode exigir de um ser humano. Aqui, Senhor Senador, trabalha-se muito mais do que nos outros Poderes, embora ninguém seja remunerado por mais de treze vezes ao ano. E trabalha-se no mínimo durante os cinco dias úteis da semana, sem contar o que se leva para casa, a ser concluído na solidão da noite.

Há demora – reconheço – na solução de alguns processos. Mas sinceramente, a culpa não é dos meus Juízes. Não foram eles que fizeram as leis que prevêm tantos e tantos recursos, alguns realmente ordinários. Aliás, Vossa Excelência sabe que certas delongas refogem à nossa vontade. Corrija-me se estiver errada: há uma infinidade de projetos que dorme o sono dos justos nos escaninhos do Senado. Só para citar um, lembro-me da Reforma do Código Civil, que começou a tramitar quando eu tinha aproximadamente vinte anos!

Também não se pode atribuir aos meus Juízes o pecado da avareza. O “teto” deveria ter sido fixado em obediência à Constituição, extinguindo os famosos “penduricalhos” para dar lugar ao subsídio, verba única máxima permitida para remuneração de qualquer servidor dos três Poderes. Sua fixação - sabe-se lá se ocorrerá - funcionaria como um altímetro. Todos saberiam qual a altura máxima que se pode voar, coibindo os excessos. A magistratura, Excelência, com a desestimulante remuneração que percebe, tornou-se uma carreira que não mais desperta o interesse dos bons profissionais do Direito, e há o risco de que seus quadros se tornem medíocres, ou compostos por Juízes desinteressados. Imagine, Senhor Senador, Juízes exercendo a Magistratura como “bico” e desempenhando atividades incompatíveis com a função de julgar ou a serviço de outros interesses que não a prestação da Justiça, independentemente de quem a reclame!

A Justiça é um local de gente íntegra. Meus quadros são fartos em pessoas dignas. É claro que como em toda a atividade humana há sempre o desvio de conduta. Entretanto aqui toda denúncia é apurada, e se necessário punida, coisa que não se vê em outros Poderes da República. Diz a sabedoria popular que “Antes de escarnecer do coxo vê se andas direito.” Já que perguntar não ofende, lá vai: Que destino teve a compra de votos para a reeleição? E o nepotismo nos outros Poderes? E os favorecimentos nas privatizações? – falo nesses assuntos porque públicos – todos fartamente enfocados pela imprensa. Por acaso eles foram sequer apurados? Em matéria de nepotismo acho até que tenho uma lição para dar. Integro o único Poder que se submete a lei recente que impede essa nefasta prática.

Senhor Senador, os que me idealizaram tinham lá suas razões. A história registra que o trabalho humano, livre, destinado à produção de riquezas, é relativamente novo. A consagração do Direito do Trabalho é recente. Antes imperava a escravidão em todo o sistema de produção de bens e serviços, marcada pela ausência de vontade do escravo em prestar o trabalho – daí a expressão “trabalho forçado” - e de deveres jurídicos por parte do beneficiado. Graças a Deus ela está praticamente extinta, embora existam aqui e ali alguns focos. Foram muitas as lutas até os dias atuais. Basta rememorar o Tratado de Versailles e a Organização Internacional do Trabalho, gerados na segunda década do século que se finda, ao final da primeira grande guerra, ambos tendentes à elevação das condições de trabalho. Mas ainda hoje há o subtrabalho, o trabalho informal, o trabalho infantil, o trabalho em condições agressivas à saúde etc.

Se me extinguirem deixarão de passar por minhas portas milhares e milhares de trabalhadores que não terão a quem se queixar, ex-empregados e ex-empregadores, ambos trabalhadores na minha concepção, e hoje no mesmo patamar de pobreza, brigando por migalhas – e o que é contraditório - muitas vezes dependendo delas para sobrevivência, aos quais o trabalho foi vedado por conta da política econômica recessiva, pautada pela importação indiscriminada de produtos, salários miseráveis e fraude cambial - desculpe-me a força da expressão, porém é o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, que atribui a situação econômica do País às medidas adotadas com interesse eleitoral em 1998 (cf. Folha de São Paulo, Caderno “Dinheiro”, 2-3, 20 mar. 1999), tudo com a leniente aprovação do Poder que hoje é o meu algoz.

Extinta, Excelência, o caminho estará livre para a proclamada liberalização, na verdade a abolição dos princípios fundamentais de proteção ao trabalho humano.

Meu receio, Senhor Senador, é que oportunistas julguem-se no direito de também propor a extinção de outras minhas co-irmãs. Ouvi dizer, não sei se é verdade, que uma instituição chamada Comando Vermelho está disposta a lançar uma campanha mostrando que a Justiça Criminal é também anacrônica e inútil!

Não pense que por responder a Vossa Excelência eu cometa outro *peccatum*: a ira. De forma alguma. Admiro Vossa Excelência e o Poder que preside. Todavia quero ser ouvida, compreendida e, quem sabe até remodelada, mas não na condição atual, amordaçada e sentada na mesma cadeira que recentemente acomodou personagens banidos da vida pública.

Na que estiver errada, perdoe-me. Não me julgue soberba.

Respeitosamente,

Justiça do Trabalho.